

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Luiz Edson Fachin.....13

APRESENTAÇÃO.....17

PARTE I

TEORIA GERAL DO DIREITO

A PARTE GERAL DO DIREITO CIVIL BRASILEIRO –
REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE A SUA ATUALIDADE E A SUA
PRESTABILIDADE NO PRIMEIRO DECÊNIO DO CÓDIGO CIVIL

Rodrigo Xavier Leonardo.....23

1 Introdução.....23

2 A parte geral na tradição do Direito Civil brasileiro24

3 As críticas à parte geral ao Código Civil e os ecos em território
nacional25

4 A parte geral do Código Civil brasileiro de 2002: a tradição
e a traição27

5 Considerações finais.....32

Referências.....32

CAPACIDADE CIVIL – FIXAÇÃO DE NOVOS PARADIGMAS
PARA A CONSTRUÇÃO DE UM REGIME JURÍDICO VOLTADO À
TUTELA DA DIGNIDADE HUMANA

Carolina Valença Ferraz, Glauber Salomão Leite35

1 Aspectos gerais da capacidade civil.....35

2 Limitações à capacidade civil dos menores de idade.....37

3 Limitações à capacidade civil dos maiores de idade.....39

3.1 A curatela da pessoa com deficiência mental ou intelectual39

3.2 Reflexões a partir da Constituição Federal: a promoção da
dignidade humana41

3.3 A capacidade civil na Convenção da ONU sobre os Direitos das
Pessoas com Deficiência.....47

Conclusões.....51

Referências.....52

FIM DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA PESSOA NATURAL – BREVE ESTUDO A PARTIR DO DIREITO POSITIVO BRASILEIRO

Venceslau Tavares Costa Filho	55
1 Considerações sobre a morte como fato jurídico	55
2 Tipologia: morte real, morte presumida e morte civil	56
3 Presunções sobre a morte	58
3.1 Morte presumida com declaração de ausência	58
3.2 Premoriência e comoriência	59
3.3 Morte presumida sem declaração de ausência.....	60
4 A morte está sob uma jurisdição “médica”?	61
Referências.....	65

DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE – TESTAMENTO VITAL, MANDATO DURADOURO E SUA ADMISSIBILIDADE NO ORDENAMENTO BRASILEIRO

Adriano Marteleto Godinho	67
1 Considerações iniciais	67
2 A autonomia privada nas relações médico-paciente: o consentimento informado	69
3 O sentido do art. 15 do Código Civil	73
4 As diretivas antecipadas de vontade: aspectos fundamentais.....	74
4.1 O testamento vital	75
4.2 O mandato duradouro	83
5 Os efeitos das diretivas antecipadas	85
6 Conclusões.....	88
Referências.....	89

A CONSTRUÇÃO DO ABUSO DE DIREITO NOS DEZ ANOS DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO DE 2002

Flávio Tartuce	91
-----------------------------	----

EMPRESÁRIO INDIVIDUAL COM RESPONSABILIDADE LIMITADA – APROXIMANDO O DIREITO EMPRESARIAL DA TEORIA CIVILISTA DA PERSONALIDADE

José Barros Correia Junior	111
1 Da fraude no meio empresarial e a criação de “sociedades fantasmas”	111
2 Da teoria dos sujeitos de direito e da personalidade como relação <i>numerus clausus</i>	114
3 Da inexistência e desnecessidade das sociedades unipessoais	119
4 Da necessidade da limitação de responsabilidade para os empresários individuais e de sua possível regulamentação	128
Referências.....	144

PARTE II
DIREITO CONTRATUAL

DUZENTOS ANOS DE HISTORICIDADE NA RESSIGNIFICAÇÃO DA IDEIA DE CONTRATO

Suzana Rahde Gerchmann, Marcos Catalan.....149

 Introdução.....149

1 O Estado Liberal e a legitimação dos pactos fáusticos.....150

2 O Estado Social: entre incluídos e esquecidos.....154

3 O Estado Democrático de Direito: existe alguém além de mim.....158

 Referências.....163

A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO DOS CONTRATOS NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES DO DIREITO E DO ESTADO

Ana Carolina Trindade Soares.....167

 Considerações iniciais.....167

1 A necessidade de salvaguarda da liberdade como garantia dos direitos individuais contra o Estado.....169

2 O perfil do direito no Estado liberal: a interpretação e a aplicação como operações meramente formais.....172

3 A insuficiência do modelo liberal diante da desigualdade material entre os indivíduos. A necessidade de intervenção do Estado na economia e nas relações sociais.....175

4 O direito contratual no Estado liberal. O Código Civil como *locus* normativo dos contratos privados e o dogma da completude.....179

5 Inserção da teoria dos contratos no Estado social. A repersonalização do direito civil e sua influência na teoria dos contratos. A mudança de paradigma da legislação contratual.....184

6 A constitucionalização do direito dos contratos: sua relevância no conjunto normativo diante da primazia constitucional.....190

 Referências.....199

A RELATIVIZAÇÃO DA PROTEÇÃO AO ATO JURÍDICO PERFEITO E AO DIREITO ADQUIRIDO NO ÂMBITO DOS CONTRATOS PRIVADOS – SEGURANÇA JURÍDICA E INTERPRETAÇÃO CIVIL-CONSTITUCIONAL

Ermiro Neto.....203

1 Apresentação do tema.....203

2 Direito intertemporal no Brasil: ato jurídico perfeito e direito adquirido.....207

3	Ato jurídico perfeito e direito adquirido como direitos fundamentais.....	211
3.1	Direito fundamental à segurança jurídica nas relações privadas e o conflito com outros direitos fundamentais.....	212
4	A impossibilidade de relativização do ato jurídico perfeito e do direito adquirido no âmbito dos contratos privados.....	215
5	Conclusão.....	219
	Referências.....	220

A RESOLUÇÃO DO CONTRATO POR ONEROSIDADE EXCESSIVA NO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO DE 2002 E SUA APLICAÇÃO NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Larissa Maria de Moraes Leal, Roberto Paulino de

Albuquerque Júnior	223
Introdução.....	223
1 Da soberania clássica do contrato à teoria da base objetiva do contrato.....	224
2 A onerosidade excessiva e seus efeitos no ambiente contratual.....	227
2.1 A onerosidade excessiva.....	227
2.2 A eficácia modificativa ou revisional da alteração de circunstâncias.....	229
2.3 A eficácia resolutiva da alteração das circunstâncias.....	230
3 A onerosidade excessiva no Código Civil brasileiro de 2002 e sua aplicação no Superior Tribunal de Justiça.....	231
4 Revisão por onerosidade excessiva após o Código Civil de 2002.....	237
Referências.....	239

A RESOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DO CONTRATO EM VIRTUDE DO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES NOS ORDENAMENTOS JURÍDICOS BRASILEIRO E PORTUGUÊS

Lavinia Cavalcanti Lima Cunha	241
1 Introdução.....	241
2 Conceituação.....	243
3 Situação jurídica comparada.....	245
4 Fundamento.....	247
4.1 Teoria da condição implícita.....	248
4.2 Teoria da causa.....	251
4.3 Teoria da sanção.....	252
4.4 Teoria da equidade.....	253
4.5 Teoria legal.....	255
5 Forma.....	257
5.1 Resolução legal.....	259
5.2 Resolução convencional.....	262
6 Conclusão.....	266
Referências.....	268

NOTAS SOBRE O CONTRATO DE SEGURO NO CÓDIGO CIVIL DE 2002

Fernanda Paes Leme Peyneau Rito	271
1 Introdução.....	271
2 Conceito e elementos essenciais do contrato de seguro.....	273
2.1 O interesse legítimo.....	275
2.2 A predeterminação dos riscos cobertos pelo contrato de seguro.....	278
2.3 A empresarialidade.....	281
3 A funcionalização do contrato de seguro.....	283
3.1 Prêmio e risco: técnica securitária e natureza comutativa do seguro.....	286
3.2 O seguro de responsabilidade civil.....	289
4 Considerações finais.....	296
Referências.....	296

DISCIPLINA JURÍDICA DO JOGO E APOSTA NO SISTEMA BRASILEIRO

Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho	299
1 Introdução.....	299
2 Conceito.....	299
3 Natureza jurídica.....	302
4 Espécies de jogo.....	303
5 Características.....	312
6 Contratos diferenciais.....	314
7 Utilização do sorteio.....	316
8 Exigibilidade de dívida de jogo contraída no exterior.....	317
9 O reembolso de empréstimo para jogo ou aposta.....	320
10 Extinção do contrato.....	321
Referências.....	321

PARTE III

RESPONSABILIDADE CIVIL

EM BUSCA DE UMA TEORIA GERAL DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Marcos Ehrhardt Jr.	325
1 Fundamento e funções da responsabilidade civil.....	325
2 Questões terminológicas: ainda faz sentido manter a denominação <i>responsabilidade extracontratual</i> ?.....	333
3 Os âmbitos da responsabilidade civil: da diversidade à unidade.....	335
Referências.....	355

CODIFICAÇÃO OU INTERPRETAÇÃO? OS EFEITOS POSSÍVEIS DOS ILÍCITOS CIVIS

Felipe Peixoto Braga Netto	357
1 O ambiente metodológico das codificações e a ilicitude civil	357
2 Heterogeneidade valorativa e complexidade social	363
3 A dimensão interpretativa do Direito Civil	366
4 A unidade lógica dos ilícitos civis	374
4.1 Ilícito indenizante	381
4.2 Ilícito caducificante	382
4.3 Ilícito autorizante	383
4.4 Ilícito invalidante	384
5 Construindo paradigmas diferenciados de proteção	386
Referências	388

OS LIMITES IMPOSTOS PELO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO AO EXERCÍCIO JURÍDICO DOS PROCEDIMENTOS DE INSCRIÇÃO DO NOME DO CONSUMIDOR EM CADASTROS DE INADIMPLENTES DO COMÉRCIO E DE CORTE NO FORNECIMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS – A QUESTÃO DOS DANOS RESULTANTES DA CONCRETIZAÇÃO DESSES PROCEDIMENTOS POR DÍVIDAS DE VALOR IRRISÓRIO E AS BALIZAS RESULTANTES DA APLICAÇÃO DO ART. 187 DO CÓDIGO CIVIL

Marcelo Marques Cabral	391
1 Introdução	391
2 Inscrição do nome do devedor em cadastros de proteção ao crédito e óbice no fornecimento de serviços públicos essenciais como forma de atuação das empresas no exercício regular de Direito	393
3 Casos de exercício jurídico inadmissível e a delimitação determinada pelo art. 187 do Código Civil brasileiro	395
3.1 Elementos delineadores da figura do abuso de Direito	397
3.1.1 Fins econômicos e sociais do Direito	398
3.1.2 Bons costumes	399
3.1.3 A boa-fé objetiva	400
3.2 A ilicitude decorrente do abuso de Direito	404
3.3 Os limites impostos ao exercício jurídico de negatificação do nome do consumidor nos cadastros de proteção ao crédito e de corte no fornecimento de serviços públicos essenciais	406
4 A responsabilidade civil decorrente do exercício jurídico inadmissível	408
5 Conclusão	411
Referências	412

PARTE IV
DIREITO DAS COISAS

OS DIREITOS REAIS CODIFICADOS NO CURSO DA
CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL

Ricardo Aronne	417
1 Ecos de um passado recente do Direito Privado.....	417
2 Raízes modernas da propriedade codificada	418
3 Um breve dissecar dos direitos reais	423
4 Sistematizando as relações dominiais para além do Código	431
5 A Teoria dos princípios e os direitos reais.....	435
Referências.....	440

A FUNCIONALIZAÇÃO DOS INSTITUTOS DO DIREITO DE
VIZINHANÇA NO CÓDIGO CIVIL DE 2002

Paula Moura F. de Lemos Pereira	447
1 Introdução.....	447
2 O Código Civil e a funcionalização do Direito de Vizinhança	448
3 As espécies de Direitos de Vizinhança	456
3.1 Árvores limítrofes	457
3.2 Direito de Passagem.....	461
3.3 Da passagem de cabos e tubulações	465
3.4 Direito de Tapagem e de Demarcação	467
3.5 Direito de Construir	469
3.6 Direito de Penetração	474
4 Conclusão.....	475
Referências.....	476

O CALVÁRIO DO §2º DO ART. 1.276 DO CÓDIGO CIVIL – VIDA
E MORTE DE UM MALFADADO DISPOSITIVO LEGAL A PARTIR
DE UMA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL

Cristiano Chaves de Farias	479
1 Colocação do problema	479
2 A necessidade de uma interpretação sistêmica da Constituição e a inexistência de direitos fundamentais absolutos	480
3 A compreensão dos institutos e dispositivos do Código Civil conforme a norma constitucional.....	482
4 Noções gerais sobre a perda da propriedade pelo abandono.....	485
5 A presunção de abandono no Código Civil pela falta de pagamento de tributos e a sua conexão com o largo alcance da função social da propriedade.....	487
6 A(s) inconstitucionalidade(s) do §2º do art. 1.276 do Código Civil.....	491
6.1 Violação do devido processo legal.....	491

6.2	Violação da regra de que somente a Constituição pode determinar a perda da propriedade sem indenização.....	494
6.3	Violação à regra do não confisco.....	494
6.4	Violação ao princípio da razoabilidade.....	497
7	Notas conclusivas – A impossibilidade de salvação do §2º do art. 1.276 do Código Civil, impondo-se o reconhecimento de sua inconstitucionalidade para preservação dos valores constitucionais.....	499
	Referências.....	501

A TUTELA DO BEM DIFUSO NAS RELAÇÕES JURÍDICAS DE DIREITO CIVIL

Everilda Brandão Guilhermino	505
1 Considerações iniciais.....	505
2 O bem difuso nas relações privadas.....	506
3 Para um novo Direito, novos parâmetros.....	508
4 Seria o bem difuso um sujeito de direito?.....	511
5 Um Código Civil tradicional para um Direito de vanguarda.....	512
Referências.....	516

DIREITO DE SUPERFÍCIE NO CC/02 – AVANÇOS E CONTROVÉRSIAS

Pedro Pontes de Azevêdo	519
1 Introdução.....	519
2 Direito real de superfície – Breve análise do seu conceito e das suas características.....	521
3 Regulamentação legal no Código Civil de 2002.....	522
4 Avanços e controvérsias acerca do direito de superfície.....	524
4.1 Convivência entre as normas do CC/02 e do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01) no regramento do direito de superfície.....	524
4.2 Possibilidade e legalidade da sobrelevação (ou <i>direito de laje</i>) e da superfície por cisão.....	525
4.3 Direito de superfície como instrumento de funcionalização da propriedade.....	529
5 Conclusões.....	531
Referências.....	532

SOBRE OS AUTORES.....	535
-----------------------	-----